

Resenha bibliográfica^a

Book review

BARBOSA, Alexandre de Freitas; SAES, Alexandre Macchione. *Celso Furtado: trajetória, pensamento e método*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

Para dois Alexandres, vários Furtados

Guilherme Grandi^b 

Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Brasil

Celso Furtado sempre se moveu “pelo anseio de estilhaçar as fronteiras estabelecidas entre as ciências sociais” (p. 9). Assim escrevem Alexandre Barbosa e Alexandre Saes na parte introdutória do livro *Celso Furtado: trajetória, pensamento e método*. Publicado pela editora Autêntica, o volume é resultado da resoluta dedicação dos pesquisadores ao pensamento e à trajetória de Furtado como intelectual, economista, gestor público, ministro, enfim, como figura pública multifacetada de enorme relevância para a inteligência brasileira e latino-americana, como fica demonstrado nas cerca de 300 páginas que compõem o livro.

Docentes do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA-USP), respectivamente, Barbosa e Saes perpassam pela longa produção de Furtado de maneira crítica e densamente contextualizada, que envolve cerca de quarenta livros, com textos dedicados à história e à teoria econômica,

Editor responsável: Ivan Colangelo Salomão

^a Submissão: 27/07/2025 | Aprovação: 31/07/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v28i2.1082

^b ggrandi@usp.br

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

mas também composta por manifestos políticos e trabalhos autobiográficos. Quem espera do livro dos Alexandres uma singela biografia de Furtado, vai se decepcionar. Trata-se, na verdade, de uma alentada análise da trajetória, do pensamento e do método do autor, por meio de um diálogo profundo não somente com a sua vasta produção bibliográfica, mas também com a literatura especializada dedicada aos diversos aspectos da obra do autor de *Formação econômica do Brasil* (FEB).

Com o presente livro, Barbosa e Saes oferecem um material original e extremamente relevante para os leitores interessados na vida e obra de Furtado. Logo na introdução, eles esclarecem que foi por meio do método furtadiano que buscaram identificar a coerência entre sua trajetória, pensamento e posicionamentos políticos frente aos diversos contextos históricos vividos dentro e fora do Brasil, apontando para três momentos-chave: “luta pela superação do subdesenvolvimento nos anos 1950 e 1960, exílio e crítica ao ‘modelo brasileiro’ de desenvolvimento do pós-1964 e volta ao centro da cena durante a redemocratização dos anos 1980” (p. 10).

Os objetos de destaque – o Nordeste, o Brasil, a América Latina, o capitalismo mundial e o (sub)desenvolvimento – são examinados em uma sequência cronológica por meio da trajetória percorrida por Furtado. O primeiro capítulo versa sobre o seu pensamento durante a juventude e as bases da sua formação como intelectual antes do seu ingresso na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). No segundo capítulo, a análise se volta para a experiência cepalina, quando Furtado integra como economista a equipe liderada por Raúl Prebisch entre 1949 e 1958. No capítulo seguinte, o marco temporal compreende a sua chegada na Universidade de Cambridge e o período de elaboração da sua obra mais conhecida, *FEB*. No Capítulo 4, Barbosa e Saes se debruçam sobre o pensamento e atuação de Furtado no interregno de 1958 a 1964, período da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no governo de Juscelino Kubitschek e da atuação do economista como ministro do Planejamento e formulador do Plano Trienal durante o governo de João Goulart.

Impactado pelo golpe militar de 1964 que o levou ao exílio, Furtado produziu um conjunto de trabalhos teóricos e interpretativos dedicados às realidades do Brasil e da América Latina e aos desafios mais gerais da civilização industrial no capitalismo global. Este é o enquadramento dos

capítulos 5 e 6, cujo período abarcado vai de 1964 a 1980. Se o Capítulo 7 examina o percurso político e intelectual do autor quando do seu retorno ao Brasil até sua nomeação como ministro da Cultura do governo de José Sarney, o oitavo e último capítulo do livro propõe um balanço do legado deixado pela vida e obra de Furtado às novas gerações, compreendendo o período que vai de 1988 até a sua morte em 2004.

Os autores deixam claro que não propõem o culto a Furtado, mas que esperam, por meio do livro, estimular as pessoas a “praticar Furtado”. O que isto significa? Cada um deverá encontrar uma resposta ao percorrer as páginas do livro. Da parte deste leitor, mais do que praticar Furtado, creio que o livro nos instiga a encontrar o Furtado que há em cada um de nós, isto é, um espírito crítico comprometido com a reflexão sobre os desafios sociais existentes em realidades históricas subdesenvolvidas e por suas eventuais soluções prático-políticas. A *práxis*, nesse sentido, é um dos elementos mais característicos das propostas de Furtado desde o seu ingresso na Cepal ao final dos anos 1940.

Para os autores do livro, Furtado é um economista diferenciado “que logra trazer para os conceitos dessa ciência a dimensão do tempo e a multiplicidade do real” (p. 53). Ao final da sua passagem pela Cepal, em 1958, foi publicado o trabalho *Perspectivas da economia brasileira*, no qual Furtado aponta para as disparidades e desequilíbrios regionais decorrentes do desenvolvimento ora em curso no Brasil. O “discurso técnico” desse estudo consiste na base das elaborações subsequentes que redundaram na formação da Sudene. A avaliação furtadiana sobre a desigualdade brasileira da época aponta para o contraste entre o setor exportador, vinculado à região Centro-Sul do país, e a economia de subsistência do Nordeste e, nesse sentido, a necessidade do planejamento estatal fazia-se fundamental para coordenar as atividades produtivas e, assim, viabilizar a conjugação entre estabilidade e crescimento da economia.

A tendência ao desequilíbrio da balança de pagamentos decorria das limitações da então política praticada de substituição de importações, ao passo que o recrudescimento da inflação vinculava-se à pressão de demanda decorrente do incremento da indústria e da urbanização, além de apontar para a inelasticidade da produção de alimentos. Para Furtado, a alternativa de enfrentamento desse problema de desequilíbrio do setor externo seria o aumento das exportações brasileiras via diversificação da sua pauta.

Por meio da taxação de bens supérfluos e substitutos, Furtado acreditava que o Estado poderia agir de modo eficaz no direcionamento da poupança interna para os investimentos em setores defasados, inclusive do ponto de vista tecnológico. Como assinalam Barbosa e Saes, “a elevação da poupança do país só se justificava se o Nordeste estivesse integrado ao programa nacional. Essa integração deveria ser acionada por meio do desenvolvimento industrial da região articulado com a construção de infraestrutura (energia e transporte)...” (p. 74). Associa-se a tal movimento a reorganização da agricultura da região voltada para o mercado local e seus ganhos de produtividade, que decorreriam da promoção da própria integração econômica.

Estas, bem como outras ideias elaboradas à época em que Furtado chefiou o grupo misto Cepal-BNDE na primeira metade dos anos 1950, formaram a orientação principal do planejamento estatal representado pelo Programa de Metas do governo Kubitschek. Mesmo antes de se engajar no projeto da Sudene após seu retorno de Cambridge, o personagem do livro se destacava em meio ao cenário político nacional como um técnico qualificado e, nas palavras dos autores, um “intelectual estadista” defensor contumaz de uma agenda desenvolvimentista para o Brasil.

Segundo os autores, em *FEB*, Furtado examina os entraves histórico-estruturais ao crescimento dos níveis de renda e produtividade no Brasil e reconhece, no caráter dual da estrutura produtiva, um aspecto importante das causas do subdesenvolvimento nacional, marcado, dentre outros fatores, pela baixa poupança, juros elevados e investimentos deprimidos. A letargia que acompanhou a emergência de um dinamismo e um fluxo de renda internos é outro resultado da formação histórica da economia brasileira, na qual o excesso de mão de obra nas zonas rurais do país, conjugado com as elevadas taxas de lucro dos setores econômicos mais dinâmicos, costumavam comprimir os salários dos trabalhadores obstruindo, portanto, a constituição de um vigoroso mercado interno.

Os autores reconhecem que no livro *A economia brasileira*, de 1954, já há o arcabouço conceitual básico da análise histórica empregada por Furtado em *FEB*. Nesse sentido, a análise sobre a economia de abastecimento, por exemplo, adquire centralidade no pensamento furtadiano dos anos 1950 sobre o subdesenvolvimento brasileiro, marcado pela heterogeneidade econômica estrutural em que as atividades voltadas para a

subsistência da população dificultavam a disseminação do progresso técnico, logo, a modernização do conjunto de atividades que compõem a economia em sua totalidade.

Barbosa e Saes parecem seguir uma linha interpretativa semelhante à de Paul Singer que, na ocasião da publicação de *FEB*, pontuou que a importância da obra não decorria fundamentalmente do tema abordado, a formação histórica da economia brasileira, mas do método empregado pelo autor (Singer, 1959. In: Furtado, 2009, p. 367). Entre os estudiosos do campo, parece unânime a interpretação segundo a qual Furtado enquadrou a narrativa histórica sobre a economia brasileira em seu arcabouço teórico da Cepal, ou seja, uma abordagem guiada pelo método histórico-estrutural que articula elementos centrais da análise desenvolvida pelos cepalinos: a inserção internacional das economias periféricas, os condicionantes internos e a premência e possibilidades da ação política do Estado.

Embora a alegação dos autores sobre *FEB* ser “uma espécie de romance da formação da nação” (p. 113) me soe inverossímil, a análise subsequente acerca do protagonismo de Furtado como um *policy maker* engajado no enfrentamento ao subdesenvolvimento se mostra pertinente, extremamente contundente e, em certa medida, original. Em outubro de 1962, ao assumir o Ministério Extraordinário do Planejamento, Furtado encabeçou a formulação do Plano Trienal visando o controle inflacionário, a reprogramação dos investimentos e a implementação das reformas de base; paralelamente, publicava *A pré-revolução brasileira* e, no ano anterior, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Para Barbosa e Saes, estes dois livros, em conjunto com *FEB*, compõem uma trilogia do pensamento furtadiano, na qual é possível identificar o seu método histórico-estrutural, sua forma de aplicação “para desvendar as estruturas remanescentes do passado” e suas projeções sobre as possibilidades da ação política em transformar a realidade social periférica (p. 115).

É interessante notar que durante as mobilizações políticas para a criação da Sudene, e valendo-se dos estudos elaborados pelo Grupo Misto BNDE-Cepal, Furtado havia se convencido de que a industrialização da economia brasileira, por si só, já não seria mais suficiente para livrar o Brasil do atraso e da injustiça social, uma vez que a experiência histórica do país vinha apontando para o agravamento das desigualdades, principalmente entre o Nordeste e o Centro-Sul. Com a repercussão de *FEB*

nos meios intelectuais, a chamada Operação Nordeste e o envio da mensagem para o Congresso Nacional do projeto da Sudene, em fevereiro de 1959, Furtado, segundo Barbosa e Saes, “ingressa de forma definitiva na história do Brasil” (p. 117).

Com o golpe de 1964 e a implantação do regime civil-militar, a atuação de Furtado na esfera pública brasileira é bruscamente interrompida pelo exílio. Está por ser feita uma investigação sobre o custo político e social imposto ao Brasil em decorrência da “expulsão” de personalidades públicas como a de Celso Furtado. A esse respeito, cabe a formulação do seguinte contrafactual: e se Furtado não tivesse saído do país e continuasse sua missão como agente público na elaboração e condução de políticas de desenvolvimento para o Brasil, de maneira geral, e para o Nordeste, em particular? Minha principal hipótese: o Brasil, provavelmente, seria hoje um país menos desigual.

Em tom teleológico, Furtado publicara pouco antes da consumação do golpe o livro *Dialética do desenvolvimento* que, segundo Barbosa e Saes, assinala um “anticlímax da história” que aponta para um fechamento do horizonte de possibilidades ao Brasil, ou a decepção do autor, o seu desencanto, com o poder e a “irracionalidade da política”. Isto porque, após sua frustração com os resultados do Plano Trienal, o subdesenvolvimento assumiu, no seu entendimento, a centralidade do capitalismo latino-americano. No tocante ao Brasil, observa-se que o teor da análise furtadiana havia se alterado em relação ao seu trabalho anterior, *A pré-revolução brasileira*, no qual o autor ainda parece nutrir a esperança de “organizar a opinião pública” e de “criar as condições para uma mudança rápida e efetiva da estrutura agrária do país” (Furtado, 1962, p. 30-32).

Nos anos seguintes, Furtado publicou seus três primeiros trabalhos no exterior como intelectual exilado: *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966), *Um projeto para o Brasil* (1968) e *Análise do “modelo” brasileiro* (1972). De acordo com Barbosa e Saes, Furtado atribuía a crise econômica dos anos 1960 na América Latina ao aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações. Escrevem os autores: “A incorporação da estrutura industrial de bens duráveis de consumo e capital, superando a fase da substituição de bens de consumo não duráveis, produzia um padrão de crescimento nos países da região que pouco rompia com a estrutura social e a concentração da renda” (p. 149).

E acrescentam que o crescimento econômico latino-americano sob tais moldes “não absorvia a quantidade de trabalhadores disponíveis, mantendo seus salários rebaixados e fragilizando sua capacidade de organização” (p. 149). Ou seja, ao invés de conter o avanço dos traços do subdesenvolvimento, a industrialização na periferia do capitalismo “acentuava o dualismo do mercado de trabalho – caracterizado por um núcleo de assalariamento circundado pela ampla presença do subemprego urbano e rural” (p. 150).

Em *Um projeto para o Brasil*, Furtado sustenta que o subdesenvolvimento associado à intensificação da penetração e expansão das empresas multinacionais, patrocinadas pelo regime militar no Brasil, desarticulava os centros nacionais de decisão no país, o que também ocorria em outras nações da América Latina. Este argumento, inclusive, passaria a ser sistematicamente reforçado nos seus trabalhos dos anos 1970 e 1980, particularmente em sua crítica ao modelo de crescimento via endividamento externo, que marcou profundamente os projetos de investimento no Brasil contemplados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

A ideia do surgimento de uma nova forma de dependência vai, portanto, amadurecendo dentro do esquema interpretativo de Furtado até a publicação do livro *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*, em 1982. Antes, no entanto, apareceriam outras publicações importantes do autor, como *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, e *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978. Ademais, o alargamento da presença das empresas multinacionais e o papel subalterno dos empresários nacionais, em conjunto com a manutenção de estruturas exportadoras de matérias-primas, criariam, desde o final dos anos 1960, verdadeiros obstáculos ao “processo de desenvolvimento autônomo de tipo capitalista” na América Latina, “o qual chegara apenas a esboçar-se” (Furtado, 1968, p. 132).

Barbosa e Saes identificam uma guinada importante do pensamento de Furtado entre os anos de 60 e 70, que eles denominam como uma “reviravolta de seu enquadramento analítico” (p. 174). Naquele momento, subdesenvolvimento e modernização passaram a configurar faces de uma mesma moeda, na qual também se articulam outras categorias-chave, como industrialização, progresso tecnológico, padrão de consumo e concentração de renda. O modelo, ou o “milagre”, brasileiro da primeira

metade da década de 1970, caracteriza-se por um processo de aceleração da industrialização, capitaneado pelas empresas transnacionais com elevada intensidade tecnológica, concentrador de renda e que conduzia ao estreitamento do mercado de bens modernos de consumo duráveis, acessíveis, portanto, a uma pequena parcela da população brasileira.

Se, na década de 1960, Furtado concebia a disparidade do nível de renda como um dos fatores que mais constrangiam a continuidade do desenvolvimento industrial, na década seguinte, observa-se uma inversão na lógica do seu argumento. Nesse sentido, a renda concentrada nas mãos da elite empresarial passa a ser vista como um elemento central do processo de industrialização, cuja dinâmica resultava na perpetuação do próprio fenômeno do subdesenvolvimento da economia brasileira. Segundo os autores: “A nova fase do subdesenvolvimento passa a ser compreendida pela ‘modernização’ da economia, que aproximava a periferia dos padrões de consumo dos países industrializados; que alimentava o processo de crescimento econômico por meio da assimilação do progresso técnico para uma minoria da população; e que realimentava a própria tendência de concentração de renda” (p. 174).

A esperança de Furtado em testemunhar o desenrolar de um processo autônomo de acumulação de capital com distribuição de renda no Brasil foi se esvaindo com o passar do tempo devido ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governos militares. Associado a isso, Furtado foi gradativamente incorporando em seu esquema interpretativo dimensões extra-econômicas de análise, de modo que o mimetismo cultural, isto é, a reprodução do padrão de consumo das elites nacionais, passou a ser visto como um limitador à possibilidade de superação dos fatores estruturais que conduzem ao subdesenvolvimento.

É particularmente interessante a análise de Barbosa e Saes acerca da inserção do pensamento de Furtado no campo científico durante os anos 1970. Segundo os autores, a reflexão furtadiana se abria a “novas áreas” ao aprofundar seus estudos sobre o caráter dependente de economias como a brasileira, ao mesmo tempo em que revisava o processo de desenvolvimento do capitalismo em escala global, “avaliando os limites ambientais do crescimento econômico e a dimensão cultural na assimilação dos padrões de consumo” (p. 190).

Comprometido em ampliar o sentido explicativo de determinadas

categorias conceituais, Furtado, tanto em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) como em *Pequena introdução ao desenvolvimento* (1980), resolve a correlação entre dois conceitos-chave do seu quadro analítico: a dependência torna-se mais geral do que o subdesenvolvimento, de modo que a “economia subdesenvolvida” seria, portanto, um “subproduto” de uma “situação de dependência”, e esta, por sua vez, configuraria o principal obstáculo ao desenvolvimento. No entanto, seu método histórico-estrutural o leva a pontuar que “a dependência nem sempre criou as formações típicas do subdesenvolvimento” (Furtado, 1974, p. 87), quando se observam diferentes realidades nacionais, como a do Japão da Restauração Meiji, e a Rússia da Revolução Bolchevique. Nestes dois casos, a ascensão à civilização industrial ocorreu na medida em que se tomou consciência do atraso econômico e da ameaça de dominação externa (Furtado, 1978).

No entender dos autores, *O mito do desenvolvimento* conclui a “virada metodológica” de Furtado, de modo que o enraizamento da dependência no sistema produtivo brasileiro, pautado pela produção de bens de consumo duráveis sob o controle das empresas transnacionais, respondia pelos contornos mais nítidos do subdesenvolvimento brasileiro. As características desse modelo excludente e desigual são devidamente identificadas por Barbosa e Saes: heterogeneidade tecnológica entre setores econômicos e regiões do país; disparidades crescentes entre as produtividades do trabalho urbano e rural; pobreza crônica de parcela significativa da população brasileira; e dependência cultural que, segundo os autores, é o fator que articula o processo de circulação ao de produção material no esquema analítico de Furtado. Em suma, e nas palavras do próprio personagem do livro, o conceito de “dominação-dependência” torna-se crucial à “teoria do subdesenvolvimento”.

A síntese dos vários Furtados, segundo os autores, se manifesta na versão revisada do livro de 1980, publicado no ano de 2000 como *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Nesta última “encarnação” do autor, Barbosa e Saes pontuam que as relações de dominação-dependência historicamente determinadas entre os países do centro e da periferia apontam para uma perspectiva global do capitalismo, na qual a expansão do sistema e a dinâmica de acumulação se manifestam vertical e horizontalmente, redundando numa “constelação de formas

sociais heterogêneas” (Furtado, 2000, p. 26-29), marcadas por disparidades entre padrões de consumo.

Os dois últimos capítulos do livro são dedicadas à atuação e às reflexões de Furtado durante os anos 80 e 90. Para os autores, o personagem passou a ser reconhecido e valorizado no Brasil como um grande intelectual especialmente pelos não-economistas, mas não exatamente pelos seus pares. Como ministro da Cultura do governo Sarney, Celso Furtado atuou de maneira incansável visando destravar os mecanismos de incentivo público à produção cultural e ao potencial criativo da sociedade brasileira. Nesse sentido, escreve Furtado em 1987, a política cultural faz emergir “o elemento de utopia de que precisamos”.

Contudo, não nos enganemos, a experiência como titular da pasta da Cultura no início da Nova República foi, ao que tudo indica, decepcionante para Furtado por razões variadas. Não à toa, encerrada sua participação no governo, manifestou-se sobre o então presidente da República nos seguintes termos em carta enviada em 8 de novembro de 1988 ao historiador Francisco Iglesias: “Sarney parece tão esdrúxulo exatamente porque saiu da quintessência do Brasil fóssil (patrimonialismo, nepotismo, bom-mocismo, retórica) tendo sido catapultado na crista desse novo universo de animais carniceiros. [...] Vivemos uma transição para uma época de vale-tudo, em que o papai-governo da tradição portuguesa desaparece. Com seu bom-mocismo Sarney está contribuindo para acelerar essa transição. Os interesses econômicos organizados (inclusive o crime organizado) vão pesar cada vez mais” (Furtado, 2021, p. 137).

Esta resenha já se alonga e, portanto, é preciso encontrar um ponto de chegada. Como estudioso dos meios e sistemas de transporte, sempre busco refletir sobre pontos de partida e chegada. Neste caso em questão, a partida é oferecida pelos autores e está clara. Eles nos indicam, capítulo por capítulo, o trajeto sinuoso, mas sempre coerente, percorrido por Furtado e as sucessivas transmutações do seu arcabouço teórico voltado à análise da realidade econômica, social e política do Brasil e da América Latina, sempre aliado à sua assinatura como intelectual, isto é, à sua perspectiva histórica. Já o ponto de chegada fica a cargo do leitor, que, ao percorrer essas “bem traçadas linhas” do livro dos Alexandres, certamente aportará em algum “porto seguro”, num destino matizado por um entendimento consistente sobre a história econômica do Brasil profundo, de-

pendente e subdesenvolvido. Louve-se a herança de análise interpretativa que Furtado nos legou, e louve-se, também, a leitura arguta dos Alexandres sobre as inúmeras facetas desse autor fundamental da *intelligentsia* brasileira.

Referências

FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. A ação do Ministério da Cultura [1987]. In: *Ensaaios sobre a cultura e o ministério da Cultura*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto; CICEF, 2012.

FURTADO, C. *Celso Furtado: correspondência intelectual: 1920-2004*. Seleção, introdução e notas Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SINGER, P. [1959]. Resenha de Formação econômica do Brasil publicada no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo*. In: Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.